

RS tem 10 UPAs prontas que ainda estão sem atender a população

Prefeituras dizem que recursos do estado e da União são insuficientes.

Ministério da Saúde diz que municípios também devem entrar com recursos.

Do G1 RS

Cinquenta prefeituras se reuniram nesta terça-feira (28) em [Porto Alegre](#) para tratar do impasse envolvendo as Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs. Segundo a Federação das Associações de Municípios (Famurs), há 10 cidades no estado com UPAs prontas, mas que não estão atendendo a população.

Em [Santa Cruz do Sul](#), no Vale do Rio Pardo, a unidade para atender 150 pessoas por dia está há mais de um ano parada. O secretário da saúde da cidade esteve na capital para discutir o assunto com outros municípios.

“A expectativa é que encontremos uma solução com o Estado e o Ministério da Saúde para que a gente possa colocar em funcionamento, tendo em vista que o prédio físico já está pronto”, diz o secretário Henrique Armany.

saiba mais

- [Por falta de equipamentos, UPAs estão sem atender pacientes no RS](#)

O projeto da UPA prevê repasses do governo estadual de até R\$ 100 mil a R\$ 225 mil por mês, dependendo do tipo de unidade. Já a União deve repassar entre R\$ 100 mil e R\$ 250 mil. Mas as prefeituras reclamam que os custos para manter as unidades são maiores.

“Se não houver aumento de repasse significativo do governo federal, não tem condições de funcionar as UPAs. Uma outra possibilidade é a flexibilização da portaria, talvez com diminuição do tempo de atendimento ou redução de profissionais para se adaptar a UPA ao dinheiro que se tem”, afirma o presidente da Famurs, Seger Luiz Menegaz.

Segundo a Famurs, o estado deixou de repassar R\$ 10 milhões aos municípios. A Secretaria Estadual da Saúde (SES), que estava presente na reunião, afirma que no ano passado os recursos para as UPAs dobraram, mas que não há previsão para pagar os recursos atrasados.

Atualmente, há 22 UPAs em construção no estado. É o caso das unidades de [Viamão](#) e [Alvorada](#), na Região Metropolitana de Porto Alegre, que não têm previsão para começar a funcionar. Com isso, outras unidades, como a da Zona Norte da capital, acabam sobrecarregadas porque precisam atender a pacientes da região.

“Às vezes, acaba sim tendo tempo de espera para pessoas que não têm risco maior de até 10 horas em uma UPA, o que não é aceitável”, diz o secretário de saúde da capital, Fernando Ritter.

O Ministério da Saúde diz que é responsável por repassar entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil por mês para cada UPA de todo o país e que o restante do valor deve ser complementado pelos estados e municípios. Para as unidades gaúchas, o ministério afirma repassar por ano R\$ 32,1 milhões.

tópicos:

- [Alvorada](#),
- [Porto Alegre](#),
- [Santa Cruz do Sul](#),
- [Viamão](#)

veja também



- [Confira o calendário das etapas municipais do Garota Verão 2014](#)
05/02/2014
- [Onze cidades do RS têm vagas abertas para programa ProJovem](#)

Projeto dá cursos profissionalizantes para jovens entre 18 e 29 anos. Inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 20 de setembro.

27/08/2013

- [Governo do RS apresenta R\\$ 4,7 bilhões em projetos de mobilidade](#)

Reunião ocorreu em Brasília na noite de terça-feira (9). Ministra do Planejamento e do ministro das Cidades participaram.

10/07/2013

- [Enceja será aplicado em 86 cidades do RS; saiba como se inscrever](#)

Segundo edital, cadastro pode ser feito no site do Inep até 7 de fevereiro. Aluno pode ser aprovado completamente ou parcialmente na prova em abril.

MUDANÇAS NAS UPAS NÃO SATISFAZEM PREFEITOS DO RS

COM 12 UNIDADES FECHADAS no Estado por falta de dinheiro para manutenção, novas normas do Ministério da Saúde reduzem custo operacional, mas maioria dos municípios ainda não garante abertura

FÁBIO SCHAFFNER

fabio.schaffner@zerohora.com.br

Realizadas em 2003 pelo governo federal como instrumento para qualificar os serviços de urgência e emergência, desafiando os hospitais, as unidades de pronto atendimento (UPAs) acabaram se tornando motivo de angústia para prefeitos do Brasil afora. Agora, a União mudou as regras com a promessa de facilitar a abertura de 165 unidades que estão concluídas, mas sem prestar atendimento à população – 12 delas no Rio Grande do Sul. A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) considera a medida tímida. Para a entidade, houve avanço na redução dos custos, mas a obrigatoriedade de manter as estruturas abertas 24 horas por dia ainda engessa os administradores.

O principal entrave enfrentado pelos prefeitos é o alto custo de manutenção, já que cada unidade precisava dispor de pelo menos quatro médicos, com funcionamento 24 horas, sete dias por semana. Nesse contexto, uma UPA de porte 1, a mais simples, custava, na prática, cerca de R\$ 500 mil mensais. A de porte 2 despendia R\$ 650 mil por mês e, a de porte 3, mais complexa, gerava gasto mensal de R\$ 1 milhão. Quando os valores de manutenção foram definidos, em 2011, o custo foi dividido entre as esferas de governo em cifras que correspondiam a 50% a serem pagas pela União, 25% pelo Estado e 25% pela prefeitura. Na prática, isso poucas vezes aconteceu. Atualmente, os prefeitos têm arcado com 60% das despesas de cada UPA, segundo a Famurs.

As novas regras, publicadas quarta-feira pelo Ministério da Saúde, permitem que cada prefeitura escolha um entre oito modelos de operação para as unidades. Para a forma mais enxuta de operação, o ministério passa a exigir apenas dois médicos, um durante o dia e outro à noite. Há, contudo, um número mínimo de 2.250 atendimentos a ser alcançado por mês.

COMPARTILHAMENTO DE EQUIPAMENTOS COM HOSPITAIS LOCAIS FACILITA OPERAÇÃO

Conforme a escolha do administrador entre os oito modos de funcionamento, mudam as exigências mínimas de médicos, de atendimentos e também as contrapartidas financeiras do governo federal, que variam de R\$ 50 mil ao mês até R\$ 250 mil para unidades novas. Existe ainda previsão de repasses para qualificação de cada tipo de unidade (veja quadro). A mudança também permite que as UPAs compartilhem equipamentos com os hospitais. Com isso, não é mais necessária a existência de laboratórios e máquinas de raio X, por exemplo.

Com a alteração nas operações, o ministério pre-

tende não só facilitar a abertura das 165 UPAs que já estão concluídas mas também propiciar a conclusão de outras 275 que estão em obras (25 no Estado).

– A flexibilização foi a melhor solução encontrada, em conjunto com os Estados e municípios, para que as UPAs comecem a funcionar – destacou o ministro da Saúde, Ricardo Barros.

FLEXIBILIZAÇÃO DE HORÁRIO AINDA É MOTIVO DE IMPASSE

Na Famurs, a medida do ministério foi recebida como “pequeno avanço”. Já no ano passado a entidade havia pedido ao governo que permitisse aos prefeitos adequar o funcionamento das UPAs à realidade de cada município, podendo inclusive ser utilizada como unidade básica ou centro de referência. A pretensão é tornar maleável a exigência de abertura 24 horas, sobretudo nas cidades em que há hospitais em regime de plantão.

– As mudanças anunciadas pelo governo ajudam, mas não resolvem os problemas dos prefeitos. É preciso melhorar o financiamento das UPAs e flexibilizar o horário de atendimento. Há muitos municípios em que a UPA não precisa ficar aberta 24 horas, pois o hospital local dá conta da madrugada – afirma o coordenador-geral da Famurs, José Scorsatto.

Procurado por Zero Hora, o Ministério da Saúde afirmou que não há nenhuma previsão de aumento nos repasses para manutenção das UPAs e descartou a flexibilização de horário.

“Não há a menor possibilidade de alteração, até porque isso está previsto na lei que criou essas estruturas de atendimento. São unidades de urgência e emergência e precisam estar abertas 24 horas para acolher os pacientes e, se necessário, fazer o encaminhamento dos casos para um hospital de maior complexidade”, informa a assessoria da pasta.

Embora concorde com a intenção dos prefeitos de flexibilização dos horários, principalmente nas cidades pequenas e que dispõem de hospital 24 horas, o secretário estadual da Saúde, João Gabbardo dos Reis, defende melhor organização do sistema, com prioridade aos postos de atenção básica. Para ele, é necessária a contratação de mais médicos e a adoção de um terceiro turno nestes postos, de forma a evitar que os pacientes em situação menos grave acabem recorrendo diretamente às UPAs, gerando novo congestionamento na rede.

Apesar da crise financeira que assola o Rio Grande do Sul, o secretário garante que o Piratini está preparado para fazer novos aportes de recursos tão logo sejam abertas as 12 UPAs que estão concluídas:

– Temos grana para isso.

* Colaboraram Caetano Freitas e Fernanda da Costa



NO RS

PORTE 1

Alegrete
Bom Princípio
Canoas – Boqueirão
Cruz Alta*
Pelotas
Santa Cruz do Sul
Sapiranga
Vacaria
Venâncio Aires

PORTE 2

Bagé
Canoas – Rio Branco
Erechim**
Lajeado
Novo Hamburgo
Santa Rosa
Tramandá

PORTE 3

Benito Gonçalves
Porto Alegre – Zona Norte
Santa Maria
São Leopoldo
Viamão

EM
FUNCIONAMENTO

Total
21

*Funcionando
como Unidade
Básica de Saúde

**Aberta apenas
durante 12 horas

NOVOS MODELOS

Porte N° mínimo de médicos

1	2 (1 diurno e 1 noturno)
2	3 (2 diurnos e 1 noturno)
3 (antigo porte 1)	4 (2 diurnos e 2 noturnos)
4	5 (3 diurnos e 2 noturnos)
5 (antigo porte 2)	6 (3 diurnos e 3 noturnos)
6	7 (4 diurnos e 3 noturnos)
7	8 (4 diurnos e 4 noturnos)
8 (antigo porte 3)	9 (5 diurnos e 4 noturnos)



Unidade de porte 2 em Alvorada é uma das que devem entrar em funcionamento com base na norma atualizada

Três municípios prometem inaugurações em breve

Apesar das novas regras para o funcionamento mais enxuto das unidades de pronto atendimento (UPAs) publicadas pelo governo federal, apenas três das prefeituras ouvidas por ZH ontem prometeram abrir as portas dos estabelecimentos em breve.

A reportagem tentou contato com o Executivo das 12 cidades onde há UPAs prontas e fechadas no Estado, mas apenas metade deu retorno. Dessas, três afirmaram que pretendem inaugurar as unidades em suas gestões, apenas duas com ajuda das novas normas. As outras três alegam precisar de mais incentivos financeiros para colocar as estruturas em funcionamento. Juntas, as 12 instalações somam capacidade para atender 2,4 mil pacientes por dia, 72 mil por mês.

ALVORADA E FARROUPILHA DEVEM USAR REGRA NOVA

Em Frederico Westphalen, no Norte, o prefeito José Alberto Panosso (PMDB) afirma que a UPA está com prédio e estrutura interna prontos desde 2012 e só não funciona por "falta de gestão" da administração anterior. – Abriríamos a UPA mesmo sem essas mudanças de governo. Frederico Westphalen tem capacidade para contratar quatro médicos (exigido pela legislação anterior) para atender cerca de 200 pessoas ao dia – diz Panosso. A estimativa da prefeitura é colocar o local em funcionamen-

to em seis meses. Para isso, ainda precisa contratar os servidores, realizar a manutenção dos equipamentos e receber a autorização para a abertura.

A prefeitura de Farroupilha, na Serra, também promete inaugurar sua UPA nesta gestão, embora a unidade ainda precise ser equipada, investimento estimado em R\$ 1,1 milhão. Verba que o prefeito Claiton Gonçalves (PDT) espera receber graças a cinco emendas parlamentares aprovadas no Congresso, de valores entre R\$ 150 mil e R\$ 300 mil.

– Quando equiparmos o local, vamos deslocar três médicos para a UPA, que podem realizar 250 atendimentos por dia – informa Gonçalves.

Dessa forma, a cidade acabaria se beneficiando das mudanças propostas pelo governo, já que deveria contar com ao menos quatro médicos para abrir as portas pela regra antiga. O mesmo deve ocorrer com Alvorada, na Região Metropolitana. A secretaria de Saúde do município, Neusa Abruzzi, afirma que a UPA porte 2 está pronta e equipada desde 2016, mas deveria abrir as portas com apenas dois, o que a prefeitura pretende colocar em prática em março.

– Estamos com concurso aberto para contratação dos profissionais. Nossa ideia é começar com uma estrutura simples, para, depois, ampliar – afirma Neusa.

Entidades médicas repudiam redução de profissionais

O Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers) lançou nota de repúdio à possibilidade de redução no número mínimo de médicos necessários para o funcionamento das unidades de pronto atendimento (UPAs), criada pelas novas regras publicadas pelo Ministério da Saúde.

A avaliação do presidente da entidade, Rogério Aguiar, é de que a flexibilização das normas "claramente nivela por baixo o atendimento já insuficiente da saúde da população, principalmente da parcela mais carente, que é a que mais precisa do SUS".

– Não podemos aceitar essa lógica de que a diminuição de médicos permita o funcionamento dessas UPAs. Isto implica redução da qualidade do atendimento e também sobrecarga dos funcionários de plantão, colocando em risco o ser-

viço à população. UPAs não são clínicas, devem estar preparadas para atender e ter estrutura adequada – critica Aguiar.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB) também repudiaram as medidas. Em nota, as entidades alertaram para os riscos gerados pela alteração, "penalizando ainda mais os médicos e os demais membros das equipes de saúde e, principalmente, a população que busca assistência de urgência e emergência".

– Cabe ao Ministério da Saúde e às Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde encontrarem fórmulas que permitam o funcionamento pleno desses serviços, sem distorções que coloquem em risco a vida e o bem-estar dos brasileiros em momentos de extrema vulnerabilidade", acrescenta o texto divulgado pelas entidades.

PORTE 1

Cachoeira do Sul
Camaquã
Capão da Canoa
Carazinho
Esteio
Frederico Westphalen
Ijuí
Osório
Panambi
Parobé
Rio Grande - Cassino
Santa Vitória do Palmar
São Borja
Três Passos

EM OBRAS

Total
25

PORTE 3

Caxias Do Sul
Pelotas

PORTE 2

Alvorada
Cachoeirinha
Gravataí - Morada do Vale
Guaiíba
Novo Hamburgo
Santo Ângelo
Sapucaia do Sul
Taquara
Uruguiana

PORTE 1

Alorada
Camaquã
Carazinho
Farroupilha
Frederico Westphalen
Ijuí
São Borja
Três Passos

PRONTAS, MAS FECHADAS

Total
12

PORTE 2

Alvorada
Santo Ângelo
Uruguiana

PORTE 3

Caxias Do Sul

72 mil pacientes

poderiam ser atendidos por mês, se as 12 UPAs prontas e fechadas no Rio Grande do Sul estivessem em funcionamento

Nº de atendimentos por mês

2.250	R\$ 50 mil	R\$ 35 mil
3.375	R\$ 75 mil	R\$ 52,5 mil
4.500	R\$ 100 mil	R\$ 70 mil
6.250	R\$ 137 mil	R\$ 98 mil
7.500	R\$ 175 mil	R\$ 125 mil
10.500	R\$ 183,5 mil	R\$ 183,5 mil
12.000	R\$ 216,5 mil	R\$ 216,5 mil
13.500	R\$ 250 mil	R\$ 250 mil

Repasso da União para custeio

Repasso da União para qualificação

Jornal Folha de Mato Leitão

Editoria Comunidade

Página 2

Assunto: Dívida do Estado com municípios

Área: Saúde

2 Comunidade Folha de Mato Leitão SEXTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 2017

SAÚDE

Dívida do Estado supera R\$ 300 mil

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) disponibilizou na semana passada um documento sobre a dívida do Estado com os municípios na área da Saúde.

A entidade estima que o governo estadual deixou de repassar aos municípios R\$ 330 milhões entre maio de 2014 e 23 dezembro de 2016. O assessor técnico da Área de Saúde da Famurs, Paulo Azeredo Filho, orienta que cada município faça a checagem das informações. "É fundamental que as prefeituras analisem os dados repassados pelo o gover-



GOVERNO DEVE VALORES NA SAÚDE DESDE O ANO DE 2014

no estadual. Se for encontrada alguma discrepância, a solução é o contato com os representantes do Fundo Estadual de Saúde", afirmou.

MATO LEITÃO

- 2014: R\$ 167.036,27
- 2015: R\$ 46.270,00
- 2016: R\$ 89.006,41

Site da Zero Hora

Título: Mudanças nas regras das UPAs não satisfazem prefeituras no Estado

Assunto: UPAs

Área: Saúde



Menu



Capa ZH

ZH Notícias

Saúde

Mudanças nas regras das UPAs não satisfazem prefeituras no Estado

Com 12 unidades fechadas no Rio Grande do Sul por falta de dinheiro para manutenção, novas normas do Ministério da Saúde reduzem custo operacional, mas Famurs diz que municípios ainda não garantem abertura

Por: Fábio Schaffner

05/01/2017 - 22h22min | Atualizada em 06/01/2017 - 07h38min

Compartilhar





Unidade de porte 2 em Alvorada é uma das que devem entrar em funcionamento com base na norma atualizada

Foto: Carlos Macedo / Agência RBS

Idealizadas em 2003 pelo governo federal como instrumento para qualificar os serviços de urgência e emergência, desafogando os hospitais, as unidades de pronto atendimento (UPAs) acabaram se tornando motivo de angústia para prefeitos Brasil afora. Agora, a União mudou as regras com a promessa de facilitar a abertura de 165 unidades que estão concluídas, mas sem prestar atendimento à população — 12 delas no Rio Grande do Sul. A **Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs)** considera a medida tímida. Para a entidade, houve avanço na redução dos custos, mas a obrigatoriedade de manter as estruturas abertas 24 horas por dia ainda engessa os administradores.

O principal entrave enfrentado pelos prefeitos é o alto custo de manutenção, já que cada unidade precisava dispor de pelo menos quatro médicos, com funcionamento 24 horas, sete dias por semana. Nesse contexto, uma UPA de porte 1, a mais simples, custava, na prática, cerca de R\$ 500 mil mensais. A de porte 2 despendia R\$ 650 mil por mês e, a de porte 3, mais complexa, gerava gasto mensal de R\$ 1 milhão. Quando os valores de manutenção foram definidos, em 2011, o custo foi dividido entre as esferas de governo em cifras que correspondiam a 50% a serem pagas pela União, 25% pelo Estado e 25% pela prefeitura. Na prática, isso poucas vezes aconteceu. Atualmente, os prefeitos têm arcado com 60% das despesas de cada UPA, segundo a **Famurs**.

Leia mais

UPAs poderão funcionar com menos médicos, anuncia ministro da Saúde
Governo fecha lista de municípios beneficiados com novas ambulâncias no Estado

Entidades médicas repudiam redução de profissionais

As novas regras, publicadas quarta-feira pelo Ministério da Saúde, permitem que cada prefeitura escolha um entre oito modelos de operação para as unidades. Para a forma mais enxuta de operação, o ministério passa a exigir apenas dois médicos, um durante o dia e outro à noite. Há, contudo, um número mínimo de 2.250 atendimentos a ser alcançado por mês.

Compartilhamento de equipamentos com hospitais locais facilita operação

Conforme a escolha do administrador entre os oito modos de funcionamento, mudam as exigências mínimas de médicos, de atendimentos e também as contrapartidas financeiras do governo federal, que variam de R\$ 50 mil ao mês até R\$ 250 mil para unidades novas. Existe ainda previsão de repasses para qualificação de cada tipo de unidade. A mudança também permite que as UPAs compartilhem equipamentos com os hospitais. Com isso, não é mais necessária a existência de laboratórios e máquinas de raio X, por exemplo.

UPAS NO RS

PORTE 1

Alegrete
Bom Princípio
Canoas (Boqueirão)
Cruz Alta*
Pelotas
Santa Cruz do Sul
Sapiranga
Vacaria
Venâncio Aires

PORTE 2

Bagé
Canoas (Rio Branco)
Erechim**
Lajeado
Novo Hamburgo
Santa Rosa
Tramandaí

PORTE 3

Bento Gonçalves
Porto Alegre - Zona Norte
Santa Maria
São Leopoldo

**EM
FUNCIONAMENTO**

**Total
21**

*Funcionando
como Unidade
Básica de Saúde

**Aberta apenas
durante 12 horas

Viamão

Foto: Fonte: Famurs

PORTE 1

Cachoeira do Sul
Camaquã
Capão da Canoa
Carazinho
Esteio
Frederico Westphalen
Ijuí
Osório
Panambi
Parobé
Rio Grande - Cassino
Santa Vitória do Palmar
São Borja
Três Passos

EM OBRAS**Total
25****PORTE 2**

Alvorada
Cachoeirinha
Gravataí - Morada do Vale
Guaíba
Novo Hamburgo
Santo Ângelo
Sapucaia do Sul
Taquara
Uruguaiana

PORTE 3

Caxias Do Sul
Pelotas

PORTE 1

Cachoeira do Sul
Camaquã
Carazinho
Farroupilha
Frederico Westphalen
Ijuí
São Borja
Três Passos

**PRONTAS,
MAS
FECHADAS**

**Total
12**

PORTE 2

Alvorada
Santo Ângelo
Uruguaiana

PORTE 3

Caxias Do Sul

Com a alteração nas operações, o ministério pretende não só facilitar a abertura das 165 UPAs que já estão concluídas mas também propiciar a conclusão de outras 275 que estão em obras (25 no Estado).

— A flexibilização foi a melhor solução encontrada, em conjunto com os Estados e municípios, para que as UPAs comecem a funcionar — destacou o ministro da Saúde, Ricardo Barros.

Flexibilização de horário ainda é motivo de impasse

Na **Famurs**, a medida do ministério foi recebida como "pequeno avanço". Já no ano passado a entidade havia pedido ao governo que permitisse aos prefeitos adequar o funcionamento das UPAs à realidade de cada município, podendo inclusive ser utilizada como unidade básica ou centro de referência. A pretensão é tornar maleável a exigência de abertura 24 horas, sobretudo nas cidades em que há hospitais em regime de plantão.

— As mudanças anunciadas pelo governo ajudam, mas não resolvem os problemas dos prefeitos. É preciso melhorar o financiamento das UPAs e flexibilizar o horário de atendimento. Há muitos municípios em que a UPA não precisa ficar aberta 24 horas, pois o hospital local dá conta da madrugada — afirma o coordenador-geral da **Famurs**, José Scorsatto

Procurado por Zero Hora, o Ministério da Saúde afirmou que não há nenhuma previsão de aumento nos repasses para manutenção das UPAs e descartou a flexibilização de horário.

"Não há a menor possibilidade de alteração, até porque isso está previsto na lei que criou essas estruturas de atendimento. São unidades de urgência e emergência e precisam estar abertas 24 horas para acolher os pacientes e, se necessário, fazer o referenciamento dos casos para um hospital de maior complexidade", informa a assessoria da pasta.

NOVOS MODELOS

Porte	Nº mínimo de médicos	Nº de atendimentos por mês	Repasse da União para custeio	Repasse da União para qualificação
1	2 (1 diurno e 1 noturno)	2.250	R\$ 50 mil	R\$ 35 mil
2	3 (2 diurnos e 1 noturno)	3.375	R\$ 75 mil	R\$ 52,5 mil
3 (antigo porte 1)	4 (2 diurnos e 2 noturnos)	4.500	R\$ 100 mil	R\$ 70 mil
4	5 (3 diurnos e 2 noturnos)	6.250	R\$ 137 mil	R\$ 98 mil
5 (antigo porte 2)	6 (3 diurnos e 3 noturnos)	7.500	R\$ 175 mil	R\$ 125 mil
6	7 (4 diurnos e 3 noturnos)	10.500	R\$ 183,5 mil	R\$ 183,5 mil
7	8 (4 diurnos e 4 noturnos)	12.000	R\$ 216,5 mil	R\$ 216,5 mil
8 (antigo porte 3)	9 (5 diurnos e 4 noturnos)	13.500	R\$ 250 mil	R\$ 250 mil

Embora concorde com a intenção dos prefeitos de flexibilização dos horários, principalmente nas cidades pequenas e que dispõem de hospital 24 horas, o secretário estadual da Saúde, João Gabbardo dos Reis, defende melhor organização do sistema, com prioridade aos postos de atenção básica. Para ele, é necessária a contratação de mais médicos e a adoção de um terceiro turno nestes postos, de forma a evitar que os pacientes em situação menos grave acabem recorrendo diretamente às UPAs, gerando novo congestionamento na rede.

Apesar da crise financeira que assola o Rio Grande do Sul, o secretário garante que o Piratini está preparado para fazer novos aportes de recursos tão logo sejam abertas as 12 UPAs que estão concluídas:

— Temos grana para isso.

* Colaboraram Caetano Freitas e Fernanda da Costa

Site ABEOC Brasil

Título: ABEOC participa de reunião do trade turístico de Porto Alegre (RS)

Assunto: Trade Turístico

Área: Turismo



Quem Somos Associados Estaduais Notícias Legislação Parceiros

[Menu](#)[Saúde](#)

Ministério da Saúde dá autonomia aos gestores das UPAs 24h

Pronto Atendimento

Pasta tornou as regras atuais mais flexíveis. Dessa maneira, cada município vai definir a capacidade de atendimento das unidades

por Portal Brasil publicado: 29/12/2016 20h52 última modificação: 30/12/2016 11h18

Itens relacionados

Medidas que tornam mais flexíveis as formas de custeio das unidades de Pronto Atendimento (UPAs 24h) em todo o Brasil foram anunciadas nesta quinta-feira (29) pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros.

A partir de agora, os gestores municipais poderão definir e escolher a capacidade de atendimento das unidades a partir de oito opções de funcionamento e capacidade operacional, vinculando os repasses de custeio mensais à quantidade de profissionais em atendimento, e não mais por tipologia de porte.

A expectativa é que cerca de 340 unidades que estavam prontas ou em fase de finalização das obras comecem a funcionar em um curto espaço de tempo.

Portaria

A portaria, que traz as novas regras para composição das UPAs 24h deverá ser publicada ainda esta semana e vai incentivar a conclusão das obras. Atualmente, existem 520 unidades funcionando em todo o País, outras 165 estão concluídas e sem funcionamento. Outras 275 obras estão em execução – 170 delas quase concluídas.

Segundo as regras, o avanço dos projetos deve ser monitorado para que as unidades comecem efetivamente a funcionar em até 90 dias após a conclusão das obras.

“A flexibilização foi a melhor solução encontrada, em conjunto com os estados e municípios, para que as UPAs comecem a funcionar. Nos próximos meses, teremos unidades novas atendendo a na urgência e emergência. São unidades que ainda não estavam funcionando porque o gestor local não tinha capacidade e agora vai contar com nosso apoio”, destacou o ministro da Saúde.

Modalidades

Com a nova portaria, os gestores terão oito opções de funcionamento e capacidade operacional, recebendo proporcionalmente do Ministério da Saúde valores de acordo com cada uma dessas opções.

Dessa forma, a UPA deverá ter, no mínimo, dois médicos profissionais atuando e realizando 2.250 atendimentos médicos por mês. Nesse caso, o valor de incentivo financeiro para custeio da UPA será de R\$ 50 mil mensais e o valor de incentivo financeiro para qualificação será de R\$ 35 mil.

No último caso, a unidade deverá ter nove médicos profissionais atuando, e realizando no mínimo 13.500 atendimentos médicos por mês. Nesse caso, o valor de incentivo financeiro para custeio da UPA será de R\$ 250 mil e o valor de incentivo financeiro para qualificação também será de R\$ 250 mil.

José Medeiros/Governo de Mato Grosso



http://www.brasil.gov.br/saude/2016/12/ministerio-da-saude-da-autonomia-aos-gestores-das-upas-24h/@@nitf_custom_galleria



http://www.brasil.gov.br/saude/2016/12/ministerio-da-saude-da-autonomia-aos-gestores-das-upas-24h/@@nitf_galleria

Agora, será possível colocar em funcionamento unidades que já estão prontas mas não atendem a população

Opções	Nº de profissionais médicos	Nº de atendimentos médicos/mês	Valor do incentivo financeiro para custeio de UPA 24h Nova	Valor do incentivo financeiro para qualificação de UPA 24h Nova
--------	-----------------------------	--------------------------------	--	---

I	2 (no mínimo 1 diurno e 1 noturno)	2.250	R\$ 50.000,00	R\$ 35.000,00
II	3 (no mínimo 2 diurnos e 1 noturno)	3.375	R\$ 75.000,00	R\$ 52.500,00
III (antigo tipo 1)	4 (no mínimo 2 diurnos e 2 noturnos)	4.500	R\$ 100.000,00	R\$ 70.000,00
IV	5 (no mínimo 3 diurnos e 2 noturnos)	6.250	R\$ 137.000,00	R\$ 98.000,00
V (antigo tipo 2)	6 (no mínimo 3 diurnos e 3 noturnos)	7.500	R\$ 175.000,00	R\$ 125.000,00
VI	7 (no mínimo 4 diurnos e 3 noturnos)	10.500	R\$ 183.500,00	R\$ 183.500,00
VII	8 (no mínimo 4 diurnos e 4 noturnos)	12.000	R\$ 216.500,00	R\$ 216.500,00
VIII (antigo tipo 3)	9 (no mínimo 5 diurnos e 4 noturnos)	13.500	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00

Integração

Entre as novidades, também está o compartilhamento e uso de equipamentos de apoio e diagnóstico da rede de saúde local, promovendo a integração das unidades. As UPAS 24h existentes no País têm a capacidade de realizar cerca de 130 mil atendimentos diários ou 4 milhões mensais a 104 milhões de brasileiros, o que representa atendimento a 50% da população.

Haverá ainda novas rotinas de monitoramento do Ministério da Saúde, que vai verificar a implantação de itens relativos à qualidade de assistência à saúde, à gestão da unidade e aos quantitativos mínimos mensais de produção assistencial, que serão realizadas pelas unidades e que deverão ser comprovados pelos gestores de cada região.

Investimento

O investimento total do governo para obras das UPAs 24h é de R\$ 1,8 bilhão. Além disso, mensalmente, o Ministério da Saúde repassa os recursos de custeio que, neste ano, totalizam cerca de R\$ 1,6 bilhão.

O objetivo das UPAs é prestar atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes que estão em situação de urgência e emergência e oferecer os primeiros socorros.

Dessa forma, é possível encaminhar o paciente de forma referenciada aos serviços hospitalares de maior complexidade especializados, reduzindo a superlotação em hospitais gerais e prontos socorros. Hoje, 97% dos atendimentos realizados nas UPAs têm resolução.

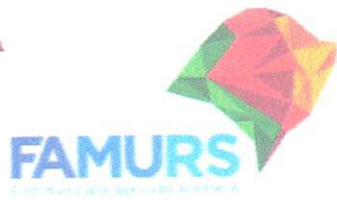
Fonte: [Ministério da Saúde \(http://portalsaude.saude.gov.br\)](http://portalsaude.saude.gov.br) (<http://portalsaude.saude.gov.br>)

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a licença Creative Commons CC BY ND 3.0 Brasil



[Reportar erro \(http://www.brasil.gov.br/saude/2016/12/ministerio-da-saude-da-autonomia-aos-gestores-das-upas-24h/relatar-erros\)](http://www.brasil.gov.br/saude/2016/12/ministerio-da-saude-da-autonomia-aos-gestores-das-upas-24h/relatar-erros)

registrado em: [Unidade de Pronto Atendimento \(UPA\) \(http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Unidade%20de%20Pronto%20Atendimento%20%28UPA%29\)](http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Unidade%20de%20Pronto%20Atendimento%20%28UPA%29), [Ministério da Saúde \(http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde\)](http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde), [Pronto Socorro \(http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Pronto%20Socorro\)](http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Pronto%20Socorro)
Assunto(s): [Saúde \(http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23saude\)](http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23saude), [Posto de saúde \(http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23posto-saude\)](http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23posto-saude), [Hospital \(http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23hospital\)](http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23hospital)



3230.3100 • www.egp.famurs.com.br

- INSTITUCIONAL
- ÁREAS
- CURSOS
- EVENTOS
- GUIAS
- ASSOCIAÇÕES
- COMUNICAÇÃO
- FALE CONOSCO
- LOCALIZAÇÃO

Saúde 15/07/2016

Prefeitos prometem buscar solução para UPAs em 30 dias

Comitiva da Famurs esteve em Brasília para viabilizar abertura de Unidades de Pronto Atendimento

Um grupo de trabalho pretende encontrar, nos próximos dias 30 dias, uma alternativa para a abertura de 12 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) no Rio Grande do Sul. A equipe será formada por representantes da Famurs, do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas da União (TCU). O assunto foi tratado nesta quinta-feira (14/9), durante audiências com os ministros da Saúde, Ricardo Barros, e do TCU João Augusto Nardes. "Formalizamos pedido para que o Tribunal de Contas da União autorize o Ministério da Saúde a fazer ajustes na portaria que criou o programa das UPAs", explicou o presidente da Famurs, Luciano Pinto.

Entre as soluções apontadas pela Famurs para resolver o problema está a diminuição do horário de funcionamento e do número de profissionais que atuam nas unidades durante períodos de baixa demanda. "Isso reduziria o custo de manutenção das estruturas", esclarece o assessor técnico da Área de Saúde da Famurs, Paulo Azeredo. Esse ajuste precisa ser feito pelo Ministério da Saúde com aval do TCU.



Governo federal suspendeu repasses para UPAs

Os prefeitos também admitem a possibilidade de utilização da estrutura de acordo com a necessidade de cada município, transformando as UPAs em unidades básicas ou centros de referência. Essa foi a alternativa encontrada por Cruz Alta e Erechim, que garantiram a abertura da estrutura por meio de acordo com o Ministério Público Federal. As prefeituras de Cruz Alta e Erechim obtiveram na justiça o direito de utilizar a UPA como unidades básicas de saúde com horário de funcionamento reduzido de 24 para 12 horas.

[Download da imagem \(Alta Definição\)](#)

Por que as UPAs estão fechadas?

São três os motivos que dificultam a abertura de novas UPAs. O primeiro é a falta de recursos destinados pelo governo federal para o funcionamento das unidades. Com a insuficiência nos repasses, as prefeituras são obrigadas a custear mais da metade das despesas. Além disso, há registros de atrasos nos repasses do Estado para as UPAs que estão em atividade. O Piratini possui aproximadamente R\$ 20 milhões em dívidas com os municípios para essa finalidade.

O outro fator que dificulta o processo é a demora do Ministério da Saúde para realização de vistoria técnica. Somente a partir dessa vistoria que é feita a habilitação da UPA e, consequente, a liberação de recursos federais e estaduais ao município. A espera pela habilitação pode chegar a seis meses. Durante esse período, a prefeitura é obrigada a manter a UPA com recursos próprios.

Assessoria de Comunicação Social
(51) 3230.3150 / 9330.8399
comunicacao.famurs@gmail.com

DESTAQUES

- 15/07/2017
União atende Famurs e libera R\$ 10 milhões para compra de alimentos
- 06/07/2017
Luciano Pinto encerra mandato e ressalta conquistas da gestão
- 06/07/2017
Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura elege nova diretoria
- 06/07/2017
Cultura é debatida em encontro da Famurs
- 06/07/2017
Secretários debatem políticas públicas para as cidades
- 05/07/2017
Revista da Famurs traz reportagem especial sobre os efeitos da crise econômica

MAIS LIDAS

- 04/03/2016
Federação dos municípios promove encontros pelo interior do Estado
- 08/09/2014
Índice de ICMS cai em mais da metade dos municípios gaúchos
- 18/01/2016
Famurs promove Assembleia de Verão em Torres
- 10/11/2016
Famurs apresenta propostas para a venda da folha das prefeituras
- 17/03/2016
Municípios aguardam há 3 anos decisão do STF sobre divisão dos royalties do petróleo
- 13/08/2015
Bloqueio federal compromete repasses do Estado a municípios e ameaça serviços essenciais

Versão para Impressão

Notícias

Famurs vai a Brasília viabilizar abertura de UPAs

14/07/2016

| Fonte: [Famurs](#) | Acessos: 133

Presidente Luciano Pinto terá encontro com ministro da Saúde e TCU para destravar unidades de pronto atendimento

O presidente da Famurs e prefeito de Arroio do Sal, Luciano Pinto, vai a Brasília, nesta quinta-feira (14/7), para viabilizar o funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que estão prontas, mas permanecem fechadas no Rio Grande do Sul. Os gestores municipais realizarão encontro com o ministro Ricardo Barros, às 14h30, na sede do Ministério da Saúde, e com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) João Augusto Nardes, às 16h30. O objetivo das reuniões é garantir a aberturas das UPAs. "Queremos sensibilizar o Ministério da Saúde e o TCU sobre a necessidade de fazer ajustes na portaria que criou o programa das UPAs", destacou Luciano.

Atualmente, o Rio Grande do Sul possui 12 UPAs fechadas. Entre as soluções apontadas pela Famurs para reverter essa situação está a ampliação dos repasses federais aos municípios. "São as prefeituras que estão bancando a maior parte do custeio", reclama Luciano. Outra alternativa é a flexibilização por parte do Ministério da Saúde da portaria que as UPAs. O ajuste da portaria depende de aval do TCU. Essa medida permitiria a diminuição do horário de funcionamento e do número de profissionais que atuam nas unidades durante períodos de baixa demanda, o que reduziria o custo de manutenção das estruturas.

Os prefeitos também admitem a possibilidade de utilização da estrutura de acordo com a necessidade de cada município, transformando as UPAs em unidades básicas ou centros de referência. Essas foram as soluções encontradas por dois municípios. Por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Federal, as prefeituras de Cruz Alta e Erechim garantiram na justiça o direito desses municípios abrirem as UPAs como unidades básicas de saúde com horário de funcionamento reduzido de 24 para 12 horas.

Além da insuficiência de recursos destinados pelo governo federal para o funcionamento das UPAs, há mais motivos para o entrave na abertura das UPAs como os atrasos nos repasses do Estado para as UPAs que estão em atividade. O Piratini possui aproximadamente R\$ 20 milhões em dívidas com as UPAs. Outro fator que dificulta o processo é a demora do Ministério da Saúde para realização de vistoria técnica. Somente a partir dessa vistoria que é feita a habilitação da UPA e, consequente, a liberação de recursos federais e estaduais ao município. A espera pela habilitação pode chegar a seis meses. Durante esse período, a prefeitura é obrigada a manter a UPA com recursos próprios.



Gosto 0 [Tweet](#)

[Partilhar](#)



[Voltar](#)



AO VIVO

Vamos mostrar notificações com notícias e atualizações.



NÃO AUTORIZO

AUTORIZO



Mais Info

para redistribuir a pressão na sola do pé, retirando a...

14/05/2015 17h43 - Atualizado em 14/05/2015 17h49

Ministro da Saúde nega verba para evitar fechamento de UPAs no RS

Custo mensal de UPA de pequeno porte é de R\$ 500 mil ao mês



Renata Colombo
renata.colombo@rdgaucha.com.br



Saiba mais

RS tem 10 UPAs concluídas, sem previsão de inauguração por falta de recursos

Famurs quer mais verba para UPAs ou reduzir horário de atendimento

Ministro da Saúde promete solução para reabrir UPA's no Estado

Uma comitiva de prefeitos e da secretaria estadual da saúde do Rio Grande do Sul acompanhou o presidente da Famurs Seger Menegás em audiência com o ministro da Saúde Artur Chioro na tarde desta quinta-feira (14).

O grupo esteve em Brasília pedindo aumento dos repasses federais para a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), que tem sido motivo de dificuldades para as prefeituras. O ministro, no entanto, disse não. Chioro

garantiu apenas os repasses atrasados e a compra de equipamentos para a abertura de dez UPAs que ainda estão fechadas.

Porém, estas unidades correm o risco de não abrir, assim como as já abertas estão a perigo de fechar. Segundo o presidente da Famurs, o custo mensal para as prefeituras é maior do que do Estado e União juntos e está pesando nos cofres municipais. Uma UPA de pequeno porte custa, por exemplo, R\$ 500 mil ao mês, sendo que governos federal e estadual repassa R\$ 100 mil cada, sobrando ao município a despesa de R\$ 300 mil.



saúde • Brasília • Renata Colombo • destaque

Recomendadas para Você



Últimas Notícias



Demitido, técnico do Godoy Cruz critica presidente do clube: "Sempre tive

diferenças com Mansur"
16h37 - 06/07/2017



Assaltantes rendem vigilantes e assaltam agência bancária na zona leste de Porto

Alegre
16h33 - 06/07/2017

Hospital em Porto Alegre amplia leitos de emergência e internação pediátricas

16h21 - 06/07/2017



"Crime passionai é uma hipótese", diz delegado sobre mulher achada morta

em armário em Chapecó
16h05 - 06/07/2017



Artilheiro do Grêmio, Barrios recebe sondagens de clubes estrangeiros

15h05 - 06/07/2017



Região
PORTO ALEGRE

16:30

Chamada Geral 2ª Edição

17:30





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Três Passos
Poder Executivo

Secretaria de Vice-prefeito

Publicado em 28 de março de 2017.

UPA de Três Passos foi objetivo de viagem a Brasília



O vice-prefeito de Três Passos, Dr. Jorginho, e o secretário Municipal de Planejamento, José Carlos Bourscheid, estiveram em Brasília, nos dias 22 e 23 de março, com o objetivo de tratar assuntos relevantes para o município, na esfera federal.

No Ministério da Saúde, eles estiveram em audiência com o coordenador de Urgência e Emergência, Haroldo Poleti, para tratar sobre a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Na ocasião, como alternativa para funcionamento da estrutura ociosa que atualmente abriga a UPA, o

Município de Três Passos requereu a doação do prédio, mobiliário e equipamentos.

Conforme explicou o vice-prefeito, além desta utilização ser para o município, a intenção é compartilhar os equipamentos de alta complexidade com o Hospital de Caridade de Três Passos. “Queremos, enquanto Poder Público, promover a instalação de serviços complementares de Atenção Básica que irão qualificar o atendimento à população”, ponderou.

Inicialmente, o pedido é de doação da UPA, no entanto, outra opção sugerida, seria do Município de Três Passos ressarcir o Governo Federal quanto ao investimento realizado para construção do prédio físico e de equipamentos.

O secretário Municipal de Planejamento ressaltou que esta é uma alternativa apontada pelo Governo Federal e sinalizada pelo coordenador, podendo ser este ressarcimento em 30 parcelas corrigidas.

A Administração Municipal enfatiza que avançando de forma positiva a negociação, a estrutura funcionará com atendimento diário ininterrupto de 12h, de segunda-feira à sexta-feira, sendo referência, inclusive, nos casos de ponto facultativo e férias de profissionais da atenção básica.

Atualmente um dos maiores empecilhos para a UPA do Município de Três Passos não estar em efetivo funcionamento, está na insuficiência de reajuste dos repasses para as prefeituras, a flexibilização insuficiente da portaria para se adequar à realidade local e a incerteza na garantia do repasse mensal aos cofres municipais.

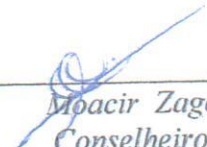
Ainda, na Capital Federal, o vice-prefeito e o secretário visitaram os gabinetes do senador Paulo Paim e dos deputados Assis Melo, Elvino Bohn Gass, Dionilso Marcon e Danrlei de Deus, momento em que entregaram ofícios de pleitos de interesse do município. Demandas referentes à Secretaria Municipal de Educação foram tratadas no Ministério da Educação e no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

X Fechar

Imprimir

ATA N.º 07/2017

Aos trinta e um dias, do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, tendo como local a sala de reuniões da Secretaria Municipal da Saúde, com início às dezoito horas, aconteceu reunião ordinária do Conselho Municipal da Saúde. Dada a abertura pelo presidente, Sr. Aurialino Alexandre, que agradeceu a presença de todos. Na sequência foi **discutido e aprovado por unanimidade** a proposta em que Três Passos solicita ao Ministério da Saúde a permissão para o Município estruturar, no espaço físico da UPA, situado na Rua Osvaldo Aranha de n. 122, uma Unidade de Saúde de Referência com qualidade e capacidade técnica de acolher, julgar, intervir, tratar e referenciar as demandas mais complexas advindas das Unidades de Saúde do Município com o enfoque de retaguarda para a Atenção Básica, diminuindo a sobrecarga nas urgências do Hospital de Caridade, de segunda a sextas feiras, das sete as dezenove horas. Os Conselheiros propõem esta alternativa, uma vez que a crise financeira vivenciada nas três esferas de governo não permitem capacidade de financiamento do custeio mensal da Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas. **Discutido e aprovado por unanimidade** a concessão de transporte aos doentes renais crônicos, bem como seus acompanhantes, que realizam o seu tratamento na Nefrologia no Hospital de Caridade de Ijuí e necessitam comparecer no serviço em dias específicos, com horário agendado para realizarem o procedimento de rotina. **Discutido e aprovado por unanimidade** a concessão de transporte terrestre por meio de passagens de ônibus de linha para os pacientes que necessitam de tratamento nas especialidades em Ijuí e Porto Alegre, bem como para os seus acompanhantes, quando necessário. **Discutido e aprovado por unanimidade** a abertura de crédito especial no valor de quinze mil reais para a correta contabilização da contrapartida municipal para a aquisição de próteses dentárias. **Discutido e aprovado por unanimidade** aquisição dos exames laboratoriais, que constam na lista do Anexo I, que serão utilizados para atender os pacientes SUS. Após o Contrato da Secretaria Municipal de Saúde com o Hospital de Caridade foi amplamente discutido e a administradora será convidada para participar da próxima reunião ordinária, que será realizada na última quinta-feira do mês de junho. Após o Presidente agendou reunião extra ordinária para o dia sete de junho, com início às dezoito horas, para discutir o Relatório de Gestão referente ao primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete. Sem nada mais a tratar, eu Moacir Zagonel, assino a presente ata juntamente com o presidente.


Moacir Zagonel
Conselheiro


Aurialino Alexandre
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA DO SUL

Of. n.º 020/2017

Esperança do Sul, 02 de junho de 2017.

Excelentíssimo Prefeito Municipal José Carlos Amaral

Vimos, através do presente, além de cumprimentá-lo, aproveitar para informar que o Município de Esperança do Sul, em decorrência da atual crise econômica, não possui mais interesse em auxiliar no cofinanciamento da UPA 24h, Tipo I localizada no Município de Três Passos.

O compromisso, assumido há mais de cinco anos, infelizmente não pode mais ser cumprido, sobretudo porque o nosso Município não possui mais condições financeiras para auxiliar no financiamento e manutenção de uma Unidade de Pronto Atendimento localizada em outro território que não o próprio território municipal.

Aliás, vale dizer, que repassamos mensalmente valores para o Hospital de Caridade de Três Passos, e, em razão desses valores, aos nossos munícipes são oferecidos os serviços de urgência e emergência.

Sendo o que tínhamos para o momento, manifestamos elevado apreço.

Ademir V. da Cruz
Secretário Municipal de Saúde
e Assistência Social
Esperança do Sul - RS

Ademir Villers da Cruz
Secretário Municipal de
Saúde e Assistência Social

Ilmo. Sr.

JOSÉ CARLOS AMARAL

Prefeito Municipal
Três Passos/RS

AUTORIZO
05/06/17
Prefeito Municipal

Moisés Alfredo Leder
Prefeito Municipal
Esperança do Sul - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PROGRESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ofício nº 067/2017

Bom Progresso, 06 de julho de 2017.

Excelentíssimo Prefeito Municipal,

Sr. José Carlos Amaral!

Na oportunidade em que o cumprimentamos, vimos, através do presente, informar o desinteresse do Município de Bom Progresso em continuar apoiando o projeto de manutenção e funcionamento da UPA 24h, Tipo I localizada no Município de Três Passos.

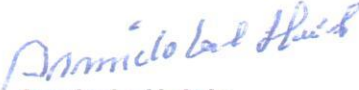
Inobstante tenhamos firmado compromisso, no ano de 2011, para a abertura da Unidade de Pronto Atendimento, inclusive nos comprometendo com o cofinanciamento, informamos que a atual conjuntura não nos permite mais assim proceder.

Nosso Município, assim como tantos outros, enfrenta dificuldades com os atrasos nos repasses do Estado e, em razão das inúmeras mudanças ocorridas nos últimos 05 anos, não possui mais interesse em ajudar na manutenção da UPA, especialmente porque firmou convênio com o Hospital de Caridade de Três Passos e o Hospital Santo Antônio de Tenente Portela, onde estão previstos, dentre outros serviços, os de atendimento de urgência e emergência.

Assim, informamos que, caso entre em funcionamento, o Município de Bom Progresso não irá auxiliar no custeio da Unidade de Pronto Atendimento, Tipo I, localizada no Município de Três Passos/Rs.

Certos de sua compreensão e colaboração, colocamo-nos à disposição e aproveitamos o momento para externar protestos de elevada estima.

Atenciosamente,


Arminio Heinle
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.
JOSÉ CARLOS AMARAL
Prefeito Municipal
Três Passos/RS


Tiago Luciano Kriesel
Secretário Municipal
da Saúde
Bom Progresso/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL

Ofício nº 152/2017

Crissiumal, 02 de junho de 2.017.

Sr. Prefeito Municipal,

Ao ensejo de cumprimenta-lo, utilizamo-nos deste expediente para aduzir o que segue.

O Município de Crissiumal, embora em que pese tenha aderido ao projeto para construção, manutenção e financiamento da UPA 24h, Tipo I localizada no Município de Três Passos, no ano de 2011, informa que tal interesse não mais persistente.

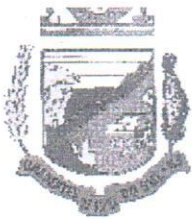
Notadamente, a conjuntura financeira e política no momento da fimaturation do compromisso era indiscutivelmente distinta das que nos deparamos hoje, de sorte que o nosso município, principalmente a partir do novo plano de Governo, possui outras prioridades.

Sendo o que tínhamos para o momento, externamos protestos de elevada estima, desde já agradecendo a sua compreensão.


ROBERTO BERGMANN
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.
JOSÉ CARLOS AMARAL
Prefeito Municipal
Três Passos/RS

AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 424 - FONE: (55) 3524-1200
E-mail: prefeitura@crissiumal-rs.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal TIRADENTES DO SUL

CNPJ 94.726.320/0001-77 - adm@tiradentesdosul.rs.gov.br
www.tiradentesdosul.rs.gov.br

Ofício nº 156/2017

Tiradentes do Sul, 02 de junho de 2017.

Excelentíssimo Prefeito Municipal José Carlos Amaral,

Ao ensejo de cumprimentá-lo, utilizamo-nos deste ofício para informar que o Município de Tiradentes do Sul não possui mais interesse no cofinanciamento UPA 24h, Tipo I, localizada no Município de Três Passos.

Em razão disso, vindo a ser posta em funcionamento a referida Unidade de Pronto Atendimento, o seu custeio não poderá contar com a ajuda financeira do nosso Município.

Desde já agradecemos pela compreensão e aproveitamos a oportunidade para manifestar nossa admiração.

Atenciosamente,

Anselmo José Feller
Prefeito Municipal em Exercício

Anselmo José Feller
Vice Prefeito

Ilmo. Sr.

JOSÉ CARLOS AMARAL

Prefeito Municipal

Três Passos/RS